

ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA AMBIENTAL

Lia Helena Demange

- Assessora Técnica de Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente

FIESP
Junho de 2016

■ METODOLOGIA DAS DIRETRIZES DO SISTEMA AMBIENTAL



- Coerente com as discussões internacionais e necessidades locais;
- Gestão eficiente da política ambiental;
- Integração e engajamento da equipe;
- Resultados concretos e mensuráveis;
- Qualidade do desenvolvimento do Estado de São Paulo.

5 Diretrizes → 18 Programas

■ DIRETRIZES DO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA – 2015/2018

1.

- Conservação Ambiental e Restauração Ecológica

2.

- Redução da Pegada Ambiental: da Produção e Consumo Sustentáveis à Gestão de Resíduos Sólidos

3.

- Vulnerabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas

4.

- Gestão e Conservação da Fauna Silvestre

5.

- Licenciamento Ambiental

■ Diretriz 1: Conservação Ambiental e Restauração Ecológica

Objetivo: Consolidar e ampliar as áreas conservadas e em processo de restauração ecológica dos ecossistemas paulistas.

Programas:

- Adequação Ambiental dos Imóveis Rurais Paulistas:
 - SiCAR
 - PRA
- Restauração Ecológica;
 - SARE
 - Programa Nascentes
- Consolidação de Áreas Protegidas;
- Biomas Paulistas: Produção de Informações como subsídio à Conservação e Restauração da Mata Atlântica e Cerrado Paulistas.

■ SiCAR



- Acompanhamento de compromissos;
- **Inventário** das áreas em restauração no Estado;
- **Informações temporais, espaciais, e de cumprimento: prestação de contas à sociedade (PPA, acordos internacionais, diretrizes de gestão);**
- Novo “Banco de Áreas para Restauração”;
- **Cenários** da situação ambiental do Estado.

Banco de Áreas para restauração

→ base para Programa Nascentes

■ SiCAR: Resultados do CAR



Balanço até 06 de maio de 2016:

- Área total cadastrada: mais de **17,7 milhões de hectares (86,5% da área cadastrável);**
- **Número total de imóveis inscritos: mais de 296,8 mil (90% dos imóveis cadastráveis), sendo:**
 - Aproximadamente 254 mil imóveis inscritos até 4 módulos fiscais, totalizando 4,8 milhões de hectares;
 - 42,9 mil imóveis inscritos com mais de 4 módulos fiscais, totalizando 12,9 milhões de hectares.

■ Programa de Regularização Ambiental - PRA

- Novo arcabouço institucional de adequação ambiental dos imóveis rurais, com proposta integrada SMA e SAA;
- Decreto Estadual nº 61.792/2016;
- Resolução Conjunta SMA/SAA nº 1/16, dispõe sobre a regularização ambiental de propriedades e posses rurais no âmbito do Programa de Regularização Ambiental;
- Um dos 11 estados que já possuem Lei e Decreto específicos para o PRA;
- 326 mil imóveis rurais em 20,5 milhões de ha em SP;
- Concentra 12% da atividade agropecuária nacional;
- **Mais adequada do ponto de vista ecológico e mais justa para os produtores rurais.**

■ Programa de Regularização Ambiental - PRA

A regulamentação do PRA primou por:

- **Reduzir a burocracia** com a criação de procedimento eletrônico de adesão ao PRA, a partir do CAR;
- **Dar clareza** quanto aos benefícios pela adesão ao PRA;
- **Dar segurança jurídica** aos proprietários e posseiros;
- **Promover a diminuição da desigualdade regional** em relação ao direito ao meio ambiente equilibrado;
- **Promover a geração de renda** no meio rural por meio do uso sustentável de florestas;
- **Potencializar os benefícios da restauração ecológica** contribuindo para o alcance de metas internacionais; e
- **Garantir o apoio do Poder Público para os pequenos proprietários**; com atenção especial da SAA.

■ Programa Nascentes: Antecedentes

Proposta: política pública ambiental que contribui para o aumento da segurança hídrica, por meio de:

- restauração ambiental das matas ciliares em grande escala;
- envolvimento de toda a sociedade.

Matas ciliares

Vegetação localizada nas margens dos corpos d'água que:

- evita o assoreamento de rios e córregos;
- favorece a regularização de sua vazão;
- mantém a qualidade da água ao impedir a entrada de poluentes para o meio aquático;
- oferece abrigo e alimentação para a fauna local, contribuindo para a conservação da biodiversidade.

■ Programa Nascentes: Objetivos Gerais



Maior iniciativa de restauração ecológica já lançada pelo Poder Público Estadual

Proteção e
conservação de
recursos hídricos e
biodiversidade

Otimização e
direcionamento dos
investimentos públicos
e privados



■ Programa Nascentes: Objetivos Específicos

- Contribuir para a conservação de recursos hídricos e segurança hídrica;
- Maximizar benefícios ambientais advindos de investimentos públicos e privados;
- Reduzir o custo social do cumprimento da legislação;
- Apoiar pequenos produtores rurais para a recomposição de matas ciliares;
- Oferecer alternativa para compensação voluntária de emissões e pegada hídrica;
- Incentivar o plantio de florestas nativas para uso econômico.

■ Programa Nascentes: Metas

- Meta Inicial

4.464 ha

6,3
milhões de mudas

- Meta Final

Mais de 20.000 hectares
até 2019

■ Programa Nascentes: Resultados Parciais



837,31
hectares

1.399.169
mudas

- 71 mil hectares cadastrados no Banco de Áreas;
- Produção de mudas em 20 penitenciárias do Estado;
- Secretaria de Educação: Campanha “Escola Sustentável parceira do Programa Nascentes”, contando com a adesão de 650 escolas.

■ **Consolidação de Áreas Protegidas**

- Elaborar os Planos de Manejos das Unidades de Conservação – UCs;
- Executar o Sistema Integrado de Monitoramento de UCs – SIM e SIMMar;
- Aprimoramento da Fiscalização Ambiental integrada nas áreas protegidas e outras de interesse ambiental;
- Fomentar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs;
- Ampliar e fortalecer o uso público, educação ambiental e interação socioambiental em UCs e entorno.

■ Gestão de UCs: SIM e SIMMar

Nas UCs de Proteção Integral, no **Sistema Integrado de Monitoramento – SIM** foram registradas, em 2015:

- **1.922** ações de fiscalização, as quais 53% foram realizadas pelo órgão gestor da UC, 30% pela Polícia Militar Ambiental e, 16% de forma integrada, com a participação de ambas as instituições;
- **393** ocorrências identificadas, sendo 47% relacionadas à degradação da flora.

■ Gestão de UCs: SIM e SIMMar

Nas Áreas de Proteção Ambiental Marinhas e unidades integradas ao **Sistema de Monitoramento Marítimo – SIMMar** foram registradas, em 2015:

- **310** ações de fiscalização;
- **52** ações conjuntas ou integradas (PAmb, FF, CFA, ICMbio, Guardas Costeiras, etc.);
- **85** embarcações vistoriadas;
- **65** ocorrências identificadas;
- **186** AIA lavrados por pesca costeira irregular.

■ Fiscalização Ambiental

Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites (MAIS)

- Fiscalização de desmatamentos da vegetação nativa no território do Estado de São Paulo, a partir da comparação de imagens de satélite e fotografias aéreas.

Os resultados em 2015 foram:

- **302 denúncias elaboradas pelo Centro de Monitoramento com alteração da vegetação** identificadas e encaminhadas à Polícia Militar Ambiental para verificação;
- Destas denúncias, **61 resultaram na aplicação de** Auto de Infração, correspondendo a cerca de 218,97 hectares (ou 2,18 km²) de vegetação nativa irregularmente suprimidos no estado.

■ Gestão de UCs: RPPNs

- Reconhecimento de **quatro RPPNs**, totalizando **255 ha** protegidos: Chácara Santa Inês (Bananal), Santa Rita de Cássia (Queluz), Guainumbi (São Luiz do Paraitinga) e São Elias;
- Aprovação do primeiro **plano de manejo** pela FF: RPPN Botujuru (Mogi das Cruzes);
- Convênio com a Federação das Reservas Ecológicas Privadas do Estado de São Paulo - **FREPESP**;
- 2º Edital de Pagamento por Serviços Ambientais – **PSA**: 8 RPPNs pré-selecionadas, em fase de aprovação dos planos de ação;
- Plano de Apoio à Proteção das RPPN - Resolução SMA 80/2015: **03** oficinas realizadas para elaboração dos Planos, com a participação de 124 pessoas; **24** proprietários e representantes de RPPN envolvidos; **43** RPPN com planos elaborados ou em elaboração.

■ **Diretriz 2: Redução da Pegada Ambiental: da Produção e Consumo Sustentáveis à Gestão de Resíduos Sólidos**

Objetivo: Aprimorar a gestão de resíduos sólidos com foco na reciclagem, na disposição final e em produção e consumo sustentáveis, de modo a atender às Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos.

Programas:

- Otimização da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo;
- Estadual de Logística Reversa;
- Estadual de Monitoramento a Gestão de Resíduos Sólidos;
- Estímulo à Produção Sustentável e Consumo Consciente;
- Estadual de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos.

■ Gestão de Resíduos Sólidos

Resolução SMA nº 24/2016, que institui a Coordenação e os Comitês de Apoio Executivo à Gestão de Resíduos Sólidos do Sistema Ambiental Paulista, a fim de integrar as ações relacionadas à Política Estadual de Resíduos Sólidos;

Comitês:

- De revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- De gestão municipal de resíduos sólidos;
- De atividades de reciclagem e coleta seletiva;
- De melhoria na destinação final dos resíduos sólidos;
- De educação ambiental para a gestão de resíduos sólidos;
- De elaboração de proposta de regimento interno da Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos.

Otimização da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo

- Parceria com a Emplasa para elaboração de diretrizes de gestão de resíduos do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da **RMSP**;
- Suporte técnico ao Consórcio Municipal **Ceriso**, que engloba 35 municípios, para elaboração do Plano Regional de Gestão de Resíduos;
- Suporte técnico aos 9 municípios que compõem a Região Metropolitana da **Baixada Santista**, para elaboração do Plano Regional de Gestão de Resíduos;
- Fortalecimento da participação de associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis por meio de reformulação e expansão do **CADEC**, com a inclusão de informações mais detalhadas por essas entidades.

Otimização da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo

- Reforço da fiscalização pela CETESB dos aterros de disposição final para resíduos urbanos;
- Instituição de Grupo de Trabalho para identificar os problemas técnicos destes aterros, indicá-los aos dirigentes municipais e orientar quanto à adequação da gestão dos resíduos sólidos para a solução dos problemas constatados, sem prejuízo das ações administrativas pertinentes.

■ Programa Estadual de Logística Reversa

- Publicação da Resolução SMA 45/2015, que define as diretrizes para implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no estado;
- Publicação da Decisão de Diretoria 120/2016/C, com os procedimentos para licenciamento no âmbito da logística reversa;
- Renovação de 03 termos de compromissos setoriais em 2015:
 - a) Filtros Automotivos;
 - b) Óleo comestível;
 - c) Embalagens de Agrotóxicos.
- Publicação da cartilha “Embalagem e Sustentabilidade: Desafios e orientações no contexto da Economia Circular”, em parceria com ABRE – Associação Brasileira de Embalagem.

Programa Estadual de Monitoramento da Gestão de Resíduos Sólidos

Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - **SIGOR - Módulo Construção Civil:**

- 1º sistema de gerenciamento *online* dos resíduos de construção civil do Brasil, que rastreia o resíduo desde o gerador, passando pelo transportador, até as áreas de destino;
- Resultado do trabalho integrado do Sistema Ambiental, Sindicato da Construção Civil e Prefeituras;
- Em implantação nos Municípios de São José do Rio Preto, Catanduva, Sorocaba, Assis e Santos.
- Módulo para Resíduos Sólidos Industriais em discussão.

■ Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis

Resultados 2008 – 2016

Monitoramento do Selo Socioambiental

- Mais de 2.000 itens indicados ao Selo Socioambiental, com atualização bimestral do Catálogo de Materiais da Bolsa Eletrônica de Compras;
- Evolução das aquisições de produtos com Selo Socioambiental;
- Evolução de serviços contratados com base em requisitos socioambientais (CADTERC).

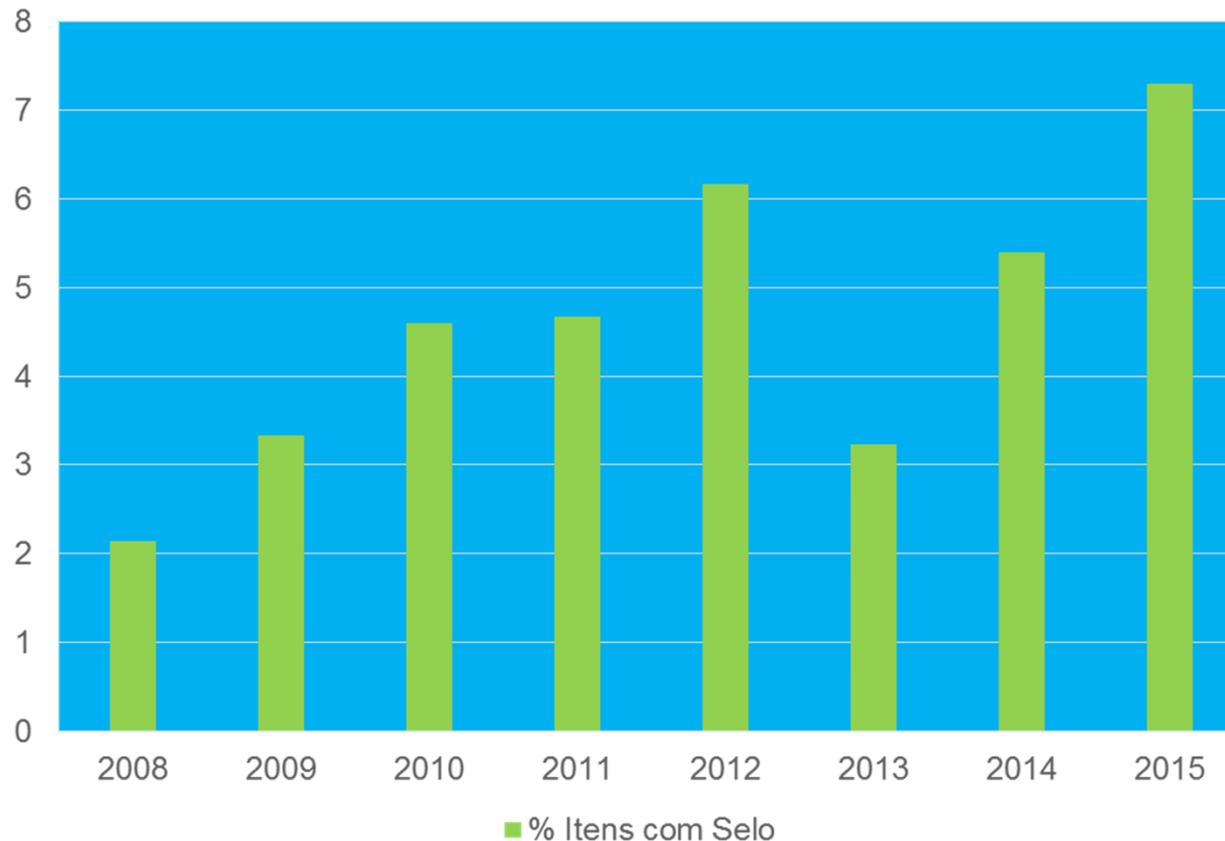
Capacitação de servidores

- Eventos de capacitação para servidores, realização de encontros *in company* e ensino à distância;
- Capacitação para Prefeituras, numa parceria com o Programa Município VerdeAzul;
- Parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



■ Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis

Desempenho Selo Socioambiental 2008/2015 – Materiais

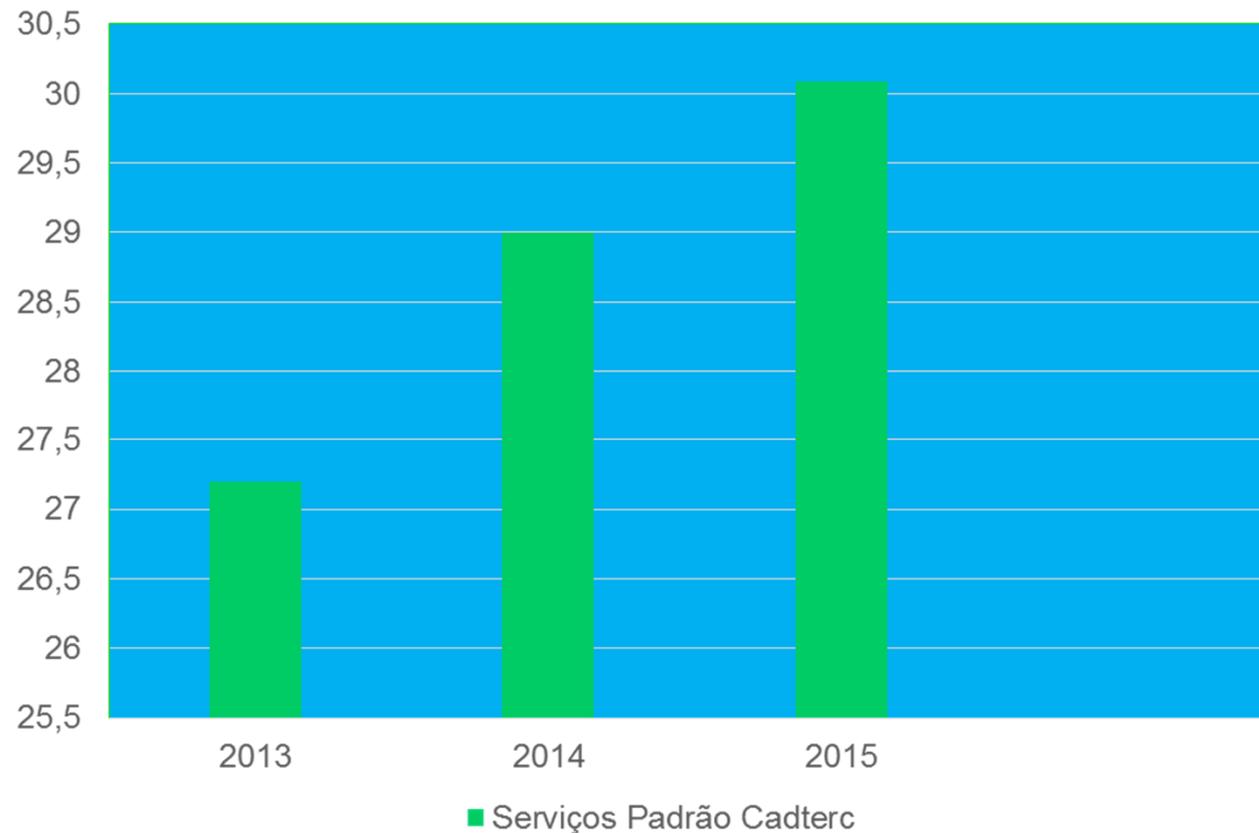


Fonte: Secretaria da Fazenda/SIGEO

Aprox. R\$ 384 milhões

■ Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis

Desempenho Selo Socioambiental 2013/2015 – Serviços



Fonte: Secretaria da Fazenda/SIGEO

■ Diálogos de Educação Ambiental – Resíduos Sólidos

- Evento realizado com o objetivo de provocar a reflexão e o debate sobre os desafios e possibilidades da Educação Ambiental no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua contribuição na efetivação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
- Subsídios para a formulação do Programa Estadual de Educação Ambiental para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Participaram do Diálogo representantes de Prefeituras Municipais, da Sociedade Civil Organizada, Gestores Ambientais de empresas privadas e servidores do Sistema Ambiental Paulista.

■ Diretriz 3: Vulnerabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas

Objetivo: Reduzir as vulnerabilidades ambientais por meio da proteção e recuperação de mananciais e dos recursos hídricos, da redução de risco de desastres, da mitigação das emissões atmosféricas e do planejamento ambiental territorial.

Programas:

- Adaptação às Mudanças Climáticas e Gestão de Risco de Desastres;
- Mitigação de Emissões Atmosféricas;
- Monitoramento e Fiscalização das Áreas de Risco e Desastres Naturais;
- Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista/Litoral Sustentável;
- Prevenção e Combate a Incêndios Florestais;
- Zoneamento Ecológico-Econômico;
- Fortalecimento da Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo.

■ Protocolo Climático Paulista

- Lançamento Internacional do Protocolo Climático Paulista na COP 21, em Paris;
- Iniciativa de adesão voluntária para estimular as empresas a reduzir emissões de gases de efeito estufa e adotar ações de adaptação às mudanças climáticas, na Embaixada do Brasil em Paris;
- Contou com a participação de mais de 150 pessoas, incluindo importantes representantes do empresariado paulista, representantes das redes de governos subnacionais e autoridades políticas.

■ Protocolo Climático Paulista

- 53 entidades pré-aderentes ao Protocolo, que se comprometeram a preencher o formulário de adesão com as informações de suas emissões, melhores práticas e prioridades na área de clima;
- Destas, 25 empresas aderiram plenamente;

As emissões reportadas ao Protocolo muitas vezes extrapolam os limites territoriais de São Paulo, o que faz com que, de forma agregada, tenha sido reportado mais de 34 milhões de toneladas de CO₂, ou cerca de um terço das emissões anuais do Estado.

- Divulgada a pontuação de 17 empresas aderentes que autorizaram a divulgação da pontuação.

■ Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista

Objetivos:

- Recuperação e Conservação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica;
- Geração de benefícios socioambientais com a **redução de passivos habitacionais** e ambientais **em áreas de risco e de pressão às áreas protegidas**, promovendo a proteção da biodiversidade e dos mananciais na zona litorânea do Estado de São Paulo, tendo como foco de atuação da Secretaria do Meio Ambiente a fiscalização, monitoramento e planejamento ambiental e proteção das unidades de conservação.

■ Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista

- Implantação das Salas Ambientais de Operações - SAO no âmbito da Rede de Operações Ambientais – ROA do litoral paulista, envolvendo áreas de planejamento ambiental e fiscalização e monitoramento;
- Participarão também **8** das 16 prefeituras da região litorânea (**Bertioga, Guarujá, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e Santos**), que celebraram convênios com a SMA, conforme o Decreto nº 61.213/2015 e nº 61.414/2015;
- Foram investidos também recursos em tecnologias de sensoriamento remoto, com destaque para a aquisição de imagens aéreas por radar aerotransportado, para identificar áreas de pressão à vegetação nativa em UCs.

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais: Operação Corta Fogo

- Capacitar e equipar as brigadas de combate de parques do Estado de SP;
- Apoiar a formação, aquisição de equipamentos e capacitação de brigadas de combate nos municípios;
- Realizar campanhas preventivas com apoio da Secretaria de Transportes (DER, Artesp, Concessionárias), Secretaria de Agricultura (Casas de Agricultura), escolas e prefeituras;
- Monitorar de focos de incêndios e dados meteorológicos através de parcerias da Secretaria de Meio Ambiente com institutos de pesquisa como INPE e CIAGRO (Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas).

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais: Operação Corta Fogo

Balanço para **2015** :

- **1.939 focos** de queimadas/incêndios florestais detectados por satélite, o que representa uma **redução de 58%** em relação ao mesmo período de 2014;
- **Campanha em parceria com 23 concessionárias** de rodovias para divulgação de mensagens em 34 painéis fixos, 58 painéis móveis, para alertar sobre o risco de fogo;
- **313 autos de infração** por uso irregular do fogo, sendo 271 autuações realizadas pela Polícia Militar Ambiental e 42 pela CETESB;
- **2.752 servidores de 475 municípios treinados** como brigadistas para o combate ao fogo em vegetação;

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais: Operação Corta Fogo

- **2 caminhões-pipa doados** para o combate ao fogo, utilizando recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP;
- **Redução de 32%** de incêndio em **coberturas vegetais** atendidas pelo Corpo de Bombeiros em relação ao número de ações de 2014;
- **Redução de 22%** da área de **UCs** atingidas pelo fogo em 2015;
- **Combate aéreo** para as regiões de Ribeirão Preto, Campinas, Grande São Paulo, São José do Rio Preto e Araçatuba, por meio de 07 atendimentos;
- Implantação de **3 polos da Operação Corta-Fogo**, que se localizam nos parques estaduais Campos do Jordão, Juquery e Porto Ferreira;

■ ZEE: Diretrizes para o ZEE estadual

- **Resiliência às Mudanças Climáticas**
 - Estado com baixa vulnerabilidade ambiental e social, preparado para dar respostas em situações de risco;
- **Segurança hídrica**
 - Estado com nascentes, mananciais, aquíferos e matas ciliares protegidos;
- **Salvaguarda da biodiversidade**
 - Conectividade entre Unidades de Conservação, com recuperação de áreas degradadas e restauração ecológica;
- **Economia competitiva e sustentável**
 - Identificação das conexões positivas entre recurso natural e setores econômicos de forma a consolidar e dinamizar as economias;
- **Redução de desigualdades regionais**
 - Desequilíbrios regionais reduzidos e melhor acessibilidade a bens e serviços.

■ ZEE: Procedimentos Operacionais

- **Instrumento orientador do licenciamento ambiental** e das avaliações ambientais integradas, balizando mecanismos de compensação ou de desempenho ambiental;
- **Instrumento dinâmico**, com mecanismos de monitoramento de sua implementação por meio de indicadores estratégicos, que permitam a análise de tendências socioeconômicas e ambientais;
- **Instrumento multiescalar**, capaz de identificar as dinâmicas regionais e também estabelecer diretrizes específicas a um determinado local ou setor.

Coordenação da Secretaria do Meio Ambiente com a Casa Civil.

Instituído pela Resolução SMA 14/2016

Proposta a ser apresentada até dezembro/2017.

■ Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em SP

- Apoio, à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, como co-executor na elaboração e implementação de leis específicas em mananciais de interesse regional;
 - Lei Específica da APRM Alto Juquery – Lei nº 15.790/2015;
 - Lei Específica da APRM Alto Tietê-Cabeceiras – Lei nº 15.913/2015;
- E suas propostas de regulamentações.
- Aumento da frequência do monitoramento do Sistema Cantareira, Reservatório Billings e rio Paraíba do Sul de bimensal para mensal e do Taquaquetuba/Guarapinga, da frequência bimensal para quinzenal;
 - Aumento de pontos de água superficiais monitorados;
 - Aumento de pontos de água subterrânea monitorados.

■ Operação Defesa das Águas

- Renovação do convênio com entes estaduais e do município de São Paulo;
- Visa o incremento das ações de fiscalização, monitoramento e contenção ambiental nas áreas de proteção dos mananciais;
- Implementação de plano de ação integrado, mediante a coordenação e a conjunção de ações e de esforços dos partícipes, objetivando coibir ações lesivas ao meio ambiente e a ocupação irregular em áreas de mananciais, com o fim de garantir a produção de água e de serviços ambientais;
- Composição estadual: Secretarias de Meio Ambiente, Segurança Pública, Habitação, Saneamento e Recursos Hídricos, Energia e Mineração.

■ Diretriz 4: Gestão e Conservação da Fauna Silvestre

Objetivo: Contribuir para a conservação integrada (*in situ e ex situ*) e para o manejo e uso sustentável da fauna silvestre no Estado de São Paulo, por meio do aprimoramento de instrumentos de gestão e da instituição de uma política pública estadual para conservação de fauna silvestre.

Programa:

- Gestão e Conservação Integrada de Fauna Silvestre.

■ Centro de Conservação da Fauna Silvestre do Estado de São Paulo - CECFAU

- Missão de promover, por meio de pesquisas e programas integrados, a conservação da fauna silvestre “in situ”, no próprio ambiente onde ocorrem, e “ex situ”, fora do ambiente natural;
- Abrigará, inicialmente, cinco espécies de animais ameaçadas de extinção: mico-leão-preto, mico-leão-dourado, mico-leão-da-cara-dourada e tamanduá-bandeira, além da arara-azul-de-lear, cujo nascimento do primeiro filhote em cativeiro no Hemisfério Sul ocorreu em abril/2015 no Zoo;
- Centro ocupa uma área de 80 mil m², em Araçoiaba da Serra, inaugurado em junho/2015.

■ PSA para Fauna

- Resolução SMA que institui o Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para Áreas de Soltura e Monitoramento de Fauna Silvestre (PSA ASMF);
- Normativa visa incentivar a preservação e a recuperação de florestas nativas, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais associada a existência de áreas de soltura de fauna silvestre.

■ Diretriz 5: Licenciamento Ambiental

Objetivo: Aprimorar a eficiência do sistema de licenciamento ambiental paulista tendo como premissas a criação, o melhoramento e a implementação de novas ferramentas de avaliação, visando a simplificação e a redução dos prazos de análise dos pedidos de licenciamento, sem prejuízo ao meio ambiente e melhorar as relações institucionais com os órgãos que participam do licenciamento ambiental.

Programa:

- Aumento da Eficiência do Licenciamento Ambiental.

■ Redução do Tempo de Análise do Licenciamento Ambiental

A revisão dos procedimentos internos da CETESB e do fluxo de análise de licenças ambientais fez com que a duração do licenciamento fosse reduzida em 15% entre 2012 e 2015.

A informatização do Certificado de Dispensa de Licença tornou instantânea a emissão desse documento, que antes demorava de 15-30 dias.

- **Destaques do Sistema Ambiental Paulista**

■ Programa Município VerdeAzul

Ciclo 2015

- 617 municípios com interlocutores cadastrados;
- 410 municípios entregaram documentos comprobatórios e relatórios de gestão ambiental preenchidos, com as ações ambientais realizadas;
- 111 cidades (27%) foram certificadas, com uma pontuação superior a 80,0;
- Destaque para Novo Horizonte, com pontuação 97,13.

Ciclo 2016

- Resolução SMA 23/2016, que estabelece procedimentos operacionais e parâmetros do Programa;
- Novos critérios para fortalecer a restauração ecológica nos municípios – **Programa Nascentes**.

■ Protocolo Agroambiental – Etanol Verde

- Firmado com as usinas e associações de fornecedores de cana paulistas: 133 usinas e 24 associações (5.485 fornecedores de cana) renovaram seus Certificados Etanol Verde;
- 92% da produção paulista e 44% da produção nacional de etanol;
- Na safra 2015/2016, cerca de 91% da colheita da cana (4,82 milhões de hectares) foi realizada sem o emprego do fogo;
- Ao todo, cerca de 8,65 milhões de toneladas de gases de efeito estufa e 52 milhões de toneladas de poluentes deixaram de ser emitidas no estado;
- 5.405.772 ha (26,3% da área agricultável do Estado) estão comprometidos com boas práticas agroambientais pelas signatárias.

■ Programa Estadual de Conciliação Ambiental

De janeiro a novembro de 2015, registrou:

- **13.217** sessões de Atendimento Ambiental realizadas pelos técnicos da CFA e policiais militares ambientais;
- **81%** de comparecimento dos autuados ao Atendimento Ambiental;
- **70%** de Processos conciliados no momento do Atendimento Ambiental;
- **2.490** Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental firmados;
- **5.222** autuados participantes da ação do **Conduta Ambiental Legal**, que orienta o cidadão sobre: a aplicação da legislação ambiental, as ações que incidem em infrações ambientais, os procedimentos de adequação às normas ambientais; além de facilitar o acesso às informações relacionadas às atividades de fiscalização ambiental.

Recebimento do Prêmio Mário Covas - Menção honrosa na categoria Inovação em Políticas Públicas.

■ Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável

Objetivo: Fortalecer a competitividade, em longo prazo, dos agricultores familiares, promovendo o manejo sustentável dos recursos naturais para a produção (solo, água e biodiversidade), além de contribuir para a mitigação e/ou adaptação à mudança climática, em três linhas de atuação:

- **Gestão Ambiental e capacitação em áreas rurais**, com ações de *Capacitação e Mobilização*, que busca desenvolver cursos, eventos de avaliação de resultados e trocas de experiências, e publicações diversas;
- **Subprojetos Ambientais**, que contempla o apoio técnico e financeiro para a implantação de subprojetos, que correspondem a iniciativas de organizações da sociedade civil voltadas ao desenvolvimento de atividades produtivas compatíveis com a proteção ambiental passíveis de serem desenvolvidas por agricultores familiares em áreas de especial interesse ou restrição ambiental;
- **Pagamento por Serviços Ambientais**, que contempla incentivos financeiros a produtores rurais que, mediante contrato, executam ações voltadas a promover a geração de serviços ecossistêmicos como a conservação da biodiversidade e da água.

■ Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável: Subprojetos Ambientais

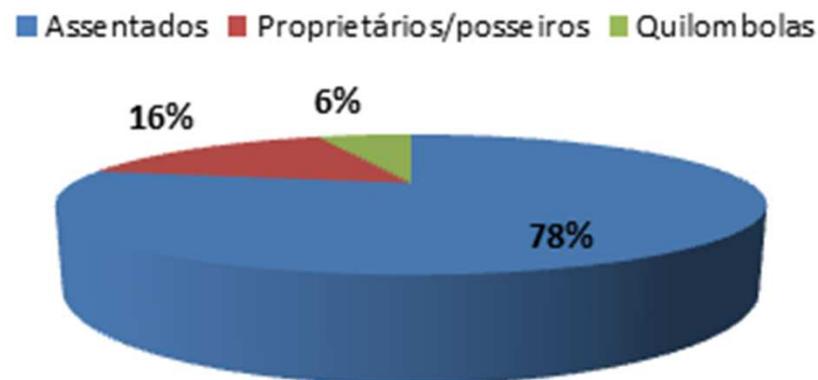
- Ao todo, são 25 convênios com organizações parceiras, responsáveis pela implantação de subprojetos ambientais.

Número de Subprojetos Ambientais apoiados	Recursos Comprometidos BIRD (R\$)	Nº de Beneficiários	Área em Hectares
25	12.634.602,45	698	916,02



Atividades principais apoiadas
Coleta de sementes e viveiro de mudas
Processamento de produtos de SAF
Produção artesanal de polpa de frutos nativos e plantas medicinais
Redução de agroquímicos e de consumo de água SAF
SAF e unidade de processamento mínimo
Sistema silvopastoril

Perfil dos Beneficiários



■ DataGEO



- Proposta inovadora de Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais, IDEA-SP;
- Baseada na estruturação, organização e disponibilização das bases de informações ambientais e territoriais, padronizada e qualificada;
- Atua com inovação tecnológica na área de geoinformação;
- Apoia as ações de licenciamento, fiscalização, planejamento e gestão em suas análises e tomadas de decisão.
- Tudo acessível via WEB por todos os navegadores de internet através do <http://datageo.ambiente.sp.gov.br>

■ Educação Ambiental

- Criação da Comissão Permanente de Educação Ambiental;
- Objetivo de promover o levantamento e compartilhamento de experiências, bem como dar suporte às ações, projetos e programas de educação ambiental desenvolvidos no âmbito do Sistema Ambiental Paulista por suas respectivas instituições; promover a elaboração e o aperfeiçoamento de diretrizes de educação ambiental; integrar e fortalecer a educação ambiental nas políticas públicas ambientais.



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria do Meio Ambiente

Obrigada

Lia Helena Demange

liademange@sp.gov.br